

OS IMPACTOS DA CULTURA NEOLIBERAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Pâmela De Castro Nogueira

Sabe-se que a sociedade atual se estrutura sobre uma lógica voltada para o lucro e para o mercado, o que leva a uma busca constante pela formação de mão de obra. Além disso, há também a promoção de um corpo social movido pela escolarização, que institucionaliza a educação, de forma a torná-la mero instrumento para continuação do mercado de trabalho (ILLICH, 1985; SILVA, 2003). Observa-se ainda a importância e influência da grande potência geopolítica mundial que são os Estados Unidos da América (EUA). Tendo isso em vista, como a cultura promovida pela lógica econômica neoliberal acaba afetando o sistema educacional brasileiro?

Existe, atualmente, um raciocínio educacional falacioso que se volta para a realização de avaliações que resultam em um avanço de graus dentro do próprio sistema escolar, seja esse avanço pequeno, como avançar uma série, ou grande, como ingressar em uma universidade. O que está por detrás disso, entretanto, não é de fato uma avaliação da aprendizagem daquele indivíduo, mas sim a verificação da memorização de um conteúdo curricular pré-estabelecido, que não leva em consideração a formação de um pensamento crítico sobre as situações estudadas (FREIRE, 1987). A finalidade maior de se vivenciar uma educação por via escolar, institucional é a de se encaixar dentro de um sistema que prioriza aqueles que possuem determinado currículo. Ou seja, para fazer parte da sociedade vigente como um cidadão não-marginalizado, é importante que se tenha um diploma atestando, basicamente, sua capacidade de ofertar um determinado tipo de trabalho, e esse diploma é adquirido somente após vários anos de escolarização (ILLICH, 1985).

A partir do momento em que se entende a educação como a institucionalização do saber, a lógica do aprendizado se torna distorcida. Aprender algo não é mais sobre se apropriar de um conhecimento, nem sobre o potencial transformador do saber, mas sim sobre a reprodução de informações meramente despejadas sobre aqueles que são colocados na posição de recebê-las, com a finalidade de que eles se encaixem cada vez mais dentro de um sistema que promove a opressão através dessa noção equivocada de educação (FREIRE, 1987). A “educação” passa a ser uma forma de humanitarismo, segundo Freire, na medida em que se apresenta como a doação de informações por aquele que é colocado na rígida posição de detentor do saber. Os educandos, então, são incentivados à uma mecanização dentro dessa concepção de educação

que Freire (1987) denominou “educação bancária”. Logo, fica claro o incentivo de uma concepção de homem autômato, e não autônomo.

Dentro da estrutura social atual não é interessante que o pensamento crítico, criativo, transformativo seja incentivado, já que isso levaria a uma destruição da situação que beneficia o opressor dentro desse sistema. Opressor este que, em sua alta posição de poder irrenunciável, busca amenizar a situação com falsa generosidade que jamais passará disso, pois é preciso que haja injustiça para que ela continue com seu valor humanitário de caráter reformista (FREIRE, 1987). Tendo isso em vista, é possível fazer uma analogia entre a situação de opressão na educação com os feitos do Banco Mundial, a partir de uma lógica paternalista. O Banco Mundial (ou BIRD) foi criado após a Segunda Guerra Mundial pelos principais blocos vencedores desta, com intuito de fornecer recursos financeiros aos países devastados pela Guerra para se reconstruírem, e também aos países subdesenvolvidos, para que pudessem alcançar esse desenvolvimento incentivado pelo mundo capitalista (SILVA, 2003). De forma análoga, há uma falsa generosidade dentro da lógica escolar, na medida em que se coloca o educador como doador de conhecimento, mas não se confere ao educando a posição de verdadeira libertação através do pensamento crítico, colocando-o no lugar de assistido, marginalizado, que destoa daquilo que se almeja para a sociedade (FREIRE, 1987). O Banco Mundial também se coloca nessa posição de falsa generosidade e assistencialismo com relação ao Brasil, ao se tratar do projeto político-pedagógico da educação brasileira, que não busca uma emancipação, mas sim uma adequação obrigatória aos padrões ditados pelo Banco Mundial.

Quando o governo brasileiro institui esse acordo político-pedagógico, a educação considerada como adequada passa a ser medida a partir dos princípios e metas de um projeto internacional civilizatório. Um ótimo exemplo disso é o projeto do “novo ensino médio” brasileiro, que traz mudanças como a possibilidade de escolher em qual área do conhecimento se aprofundar, com “formação técnica e profissional”, segundo o próprio site do governo federal, assim como uma nova carga horária que implica escolas de período integral. Começa, então, uma prescrição de propostas que devem ser cumpridas pelos funcionários da escola sem que qualquer pessoa da organização interna tenha voz durante o processo. Essas propostas são tidas como ideais a partir dessa lente estadunidense de progresso, que é fortemente difundida através de discursos neoliberais que colocam a educação como uma fonte de mão de obra qualificada que possibilitará o desenvolvimento econômico desejado. Além disso, existe a implementação de um raciocínio empresarial da educação, que traz o investimento monetário como forma de tornar melhor a produtividade escolar (SILVA, 2003).

A ideologia que permeia a sociedade atual tem um alcance enorme, e isso se torna evidente quando a educação é tratada como nicho de mercado, conduzindo a compreensão de escola como forma de progresso único e linear, tendo professores como instrumentos e alunos a quem são ofertados atividades de caráter instrucional como se fosse a educação verdadeira (MUNDIM NETO, 2017). A visão de educação tecnicista e economicista, em grande parte promovida pelo acordo entre o Banco Mundial e o Estado brasileiro, reforça a lógica da passividade dentro do contexto de sala de aula, já que a verdadeira intenção encontrada por aqueles que comandam o projeto educacional almejado é proporcionar uma escolarização não de formação de pensamento crítico e transformador, mas sim de reprodução de instruções que permitam o ingresso no mercado de trabalho, afim de fazer girar o capital investido no país, concebendo também uma falsa sensação de progresso. Se o pensamento crítico fosse de fato promovido nas escolas, as posições atuais que regem a lógica opressora seriam destituídas rapidamente do poder que possuem, o que não seria o ideal para aqueles que se beneficiam dela (FREIRE, 1987).

Por fim, vale ressaltar que as escolas, da maneira que funcionam atualmente - dentro de uma lógica de controle, na qual o melhor a se fazer é receber docilmente aquilo que lhe é ofertado como conhecimento - se fazem como solo fértil para o “domínio do homem, realizado pela ideologização” (MUNDIM NETO, 2017, p. 54) e que a própria escola “estabelece, reproduz e perpetua tradições: tudo ao mesmo tempo” (BOTO, 2003, p. 384).

REFERÊNCIAS

- BOTO, Carlota. A Civilização Escolar como Projeto Político e Pedagógico da Modernidade: Cultura em Classes, por escrito. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 378-397, dez 2003.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ILLICH, Ivan. **Sociedade Sem Escolas**. Petrópolis: Vozes Ltda., 1985.
- MUNDIM NETO, J. F.. **A Crise da Educação Contemporânea e a Escola: O que paira sobre o chão que pisamos?** Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SILVA, M. A. Do Projeto Político do Banco Mundial ao Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública Brasileira. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 283-301, dez 2003.
- Site consultado: **O que muda no novo ensino médio** <<http://novoensinomedio.mec.gov.br#!/pagina-inicial>> acesso em: 26 de jun. 2020.